



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA nº 08/2020

Aos **vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte**, com início às nove horas, via web conferência, realizou-se sessão ordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo **Professor Luís Isaías Centeno do Amaral**, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Professora Maria de Fátima Cossio**, Pró-Reitora de Ensino; **Professora Francisca Ferreira Michelin**, Pró-Reitora de Extensão e Cultura, **Professor Flavio Fernando Demarco**, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; **Professor Antonio Costa de Oliveira**, representante da Área de Ciências Agrárias; **Professora Raquel Recuero**, representante da Área de Letras e Artes; **Professora Ariane Ferreira Porto Rosa**, suplente do representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia; **Professora Silvana de Fátima Bojanoski**, representante da Área de Ciências Humanas; **Professora Úrsula Rosa da Silva**, representante do Conselho Universitário; **Senhor Matheus Cruz**, representante dos Técnico-Administrativos; **Senhor Gabriel Afonso Martins**, suplente da representante dos Técnico-Administrativos; **Acadêmico Gabriel da Silva Vargas**, representante discente e **Acadêmico Thiago Ferreira de Abreu**, representante discente. Não compareceu a conselheira **Professora Ludmila Correia Muniz**, suplente da representante da Área de Ciências da Saúde e Biológicas, por estar em Licença Maternidade. Com a constatação de existência de quórum, o senhor presidente iniciou a reunião questionando se os conselheiros autorizavam a transmissão da reunião para a Comunidade, conforme Regimento do COCEPE, que exige autorização para transmissão, pois houve solicitação, inclusive, com sugestões do Magnífico Reitor. Falou da presença do Servidor Lucas Ness, que daria partida no sinal para a Comunidade. Colocou em votação a liberação do sinal. Com a aprovação, questionou se Lucas liberaria o sinal a partir do segundo item, ou a partir do segundo item discutido, parariam a transmissão. Aprovada a segunda proposta. A partir desta colocação, tratou da demanda do Conselheiro Gabriel Vargas, para participação de alunos nas falas durante a reunião. Disse que, conforme Regimento, estas reuniões eram privativas dos conselheiros. Por esta razão havia sido votada a transmissão. No caso de haver interesse do Conselho, seria feito o movimento de ir ao encontro da Comunidade, como havia sido feito durante o último mês. Colocada em votação a ordem do dia, esta foi aprovada. Neste momento o conselheiro Gabriel Martins falou que gostaria de ler nota da ASUFPEL, solicitando o cancelamento da reunião. Leu a nota. Colocada novamente em votação a ordem do dia, após manifestação do Conselheiro Gabriel Martins, esta foi aprovada com um voto contrário do conselheiro Gabriel e duas abstenções dos representantes discentes. De pronto, o senhor presidente passou à análise da ordem do dia, citando o **Item 01. PROC. Nº 23110.013013/2020-59 - PARECER NORMATIVO REFERENTE À PROPOSTA DE CALENDÁRIO ACADÊMICO ALTERNATIVO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19**. O senhor presidente relatou que, acompanhando a situação do COVID 19, em março havia sido decidido que a UFPEL teria um comitê para acompanhamento dos impactos do vírus na cidade. O comitê composto por representantes da Área da Saúde, por membros da Gestão e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Esse Comitê estava acessorando o Reitor, nas decisões em relação à questão dos impactos do COVID 19 e ações em torno deste. Disse que a UFPEl está fazendo muitas ações de docentes, técnicos e alunos, e todas as decisões têm sido tomadas ouvindo o Comitê. O que foi percebido e decidido, que em 16 de Março teriam as atividades suspensas, para garantir a saúde de todos, pelo fato de que o grande número de pessoas, este seria vetor de disseminação do vírus, também pela diversidade de componentes de sua Comunidade. Relatou que o isolamento nos cria problemas na questão do ensino, que é um dos carros-chefes da Universidade. À medida que o serviço não é oferecido perdemos a conexão com nossos estantes e a comunidade onde estamos inseridos. Juntamente com o Comitê, o Reitor e Vice-Reitor haviam decidido que não substituiriam aulas presenciais por ensino à distância. Estavam propondo um Calendário Alternativo, em que se utilize esse tempo para aproximar todos em relação a esta atividade alternativa. Esse ensino remoto nos prepararia para o ensino futuro. A retomada seria lenta, gradual e com muita proteção. Teríamos que ter estoque de álcool gel, luvas, e todo material

para proteção dos que ocupariam espaços físicos. A proposta não é de ensino à distância e sim ensino remoto. A proposta a ser apresentada era originada da Gestão e da Comunidade. Passou a palavra ao Conselheiro Flávio Demarco, para apresentar resultado da pesquisa feita com os alunos, para a situação mundial do COVID 19. Este relatou que a UFPel foi uma das primeiras a suspender suas atividades (quanto mais cedo mais efetiva a prevenção). Falou das atividades da UFPel durante a quarentena. Apresentou o estudo que indica o pico do corona vírus no Brasil naquela semana. Apresentou o quadro da evolução da pandemia no Brasil e relação com outros países, em relação à preocupação quanto ao ambiente Universitário, que não seria mais como anteriormente. As atividades retornariam somente no ano de 2021. Disse que haviam sido montados planos de retomada das atividades, mas as datas precisas eram dúvidas. Falou da discussão de como fariam para realizar o enfrentamento das Universidades ao corona vírus. Apresentou o relatório de Andreas Schleicher. Foi pesquisado o que as Universidades nacionais estavam fazendo. Levantamento sobre as atividades remotas na Graduação - COGRAD revelou que 75% das IFES estavam planejando o retorno às atividades em formato remoto emergencial, 10% deram continuidade ao calendário acadêmico do 1º semestre de 2020 de forma remota e 15% decidiram por não retornar neste momento, mas estavam planejando um formato híbrido para o retorno presencial, ainda sem data prevista. Levantamento sobre atividades remotas nas Pós-Graduação nas IES do país. Situação das atividades da Pós-Graduação durante a pandemia. As universidades federais foram as mais atingidas. Apresentou estudo entre universidade federais, estaduais e privadas. Defesas realizadas de forma virtual. Percentual por intervalo de graus de satisfação na participação em atividades remotas. Probabilidade de uma maior flexibilização e/ou ampliação das atividades remotas por tipo de IES. Pesquisa do perfil de acesso às tecnologias e utilização de ferramentas digitais (Essa pesquisa foi coordenada pelo Prof. Fernando Kieling e Prof.^a Analiza Zorzi e se realizou a partir da parceria da Direção da Faculdade de Educação (FaE), Chefia dos Departamentos da FaE e as Coordenações de Cursos de Pedagogia diurno e noturno, com o apoio da Administração Central da Universidade). Pesquisa de acesso à internet por estudantes de Nível Superior. Pesquisa sobre o conhecimento e experiência dos servidores e pós-graduandos com tecnologias digitais. Falou sobre a segunda edição da jornada de Formação de Professores, promovida pela PRE. Considerando tudo isso... Surge a proposta do Calendário Alternativo Emergencial, construído com a participação da Comunidade. A conselheira Fátima Cossio, com a palavra, relatou a minuta e ressaltou o que já havia sido falado, que esta não era uma proposta de ensino à distância e sim, proposta de atividades remotas emergenciais. Disse que em final de Março foi identificado que não iríamos retornar da forma como desejavam. Ao chegar a esta conclusão, entenderam que teriam de fazer algum movimento para retorno da forma mais adequada a este contexto. Num futuro próximo de retorno, as atividades presenciais seriam provavelmente híbridas. Tomaram como base os dados nacionais. Passou diretamente ao processo de construção da proposta. Ressaltou que esta proposta não substituiria o Calendário Acadêmico, que estava suspenso. Foi solicitado aumentar de 10 para 12 semanas o período, com início em 12 de junho. Setenta cursos haviam sido favoráveis à possibilidade de os Colegiados oferecerem componentes curriculares obrigatórias, desde que consideradas as condições explicitadas no documento. Poderão ser ofertadas disciplinas optativas, podendo abordar temas de teoria geral. Projetos de Ensino, desde que cadastrados. Disciplinas com carga horária prática não serão ofertadas. Leu a minuta de parecer normativo na íntegra. O senhor presidente solicitou que os conselheiros se inscrevessem, para manifestações de 3 minutos por conselheiro, podendo se reinscrever. O conselheiro Flávio Demarco complementou a fala da conselheira Fátima, relatando a reunião com Coordenadores de Pós-Graduação, que apresentaram sugestões. A conselheira Ariane Ferreira solicitou mais tempo, para apresentar as duas pesquisas realizadas na área, solicitação de alterações dos representados e considerações finais. Relatou a forma como foram feitas as pesquisas, sendo a segunda no Centro de Engenharias. Foram 340 pesquisados. Houve espaço para envio de sugestões, com 66 manifestações. Total de 115 professores e 22 técnicos administrativos no Centro de Engenharias, formando 47,45% de respostas. As pessoas se mostraram favoráveis a algumas mudanças, umas desfavoráveis para a oferta de disciplinas apenas para formandos. Em relação à duração, houve diferenças na aprovação de Coordenadores descontentes pela proposta ter sido apresentada no dia 20 (quarta-feira) e não ter tempo de conversar bem com seus pares. Pontos elencados para alterações desta proposta 12 semanas essenciais e início no dia 15 de junho. Preocupação com carga horária prática na Engenharia Hídrica. Manifestação de colega que solicita que tivessem um tempo para discutir com calma na área, que a maioria era favorável ao Calendário apresentado. Solicitou sensibilidade do Conselho e do presidente, para atender a solicitação. Solicitou calma e tempo para realizarem as mudanças apresentadas à PRE. O conselheiro Antonio Oliveira Falou sobre o que foi exposto pelos conselheiros Flávio e Fátima deverão ter algum ponto positivo de manifestação dos alunos que estão se sentindo isolados pontos alguns coordenadores apresentaram dificuldade em atender a proposta, mas poderiam ser corrigidas com a oferta de disciplinas apenas para

formandos cria limitações para os colegiados, principalmente para os ingressantes pontos o curso de zootecnia tem poucas disciplinas optativas. Proposta dos colegiados de agronomia e zootecnia era manter a palavra prefere gerencialmente para formandos. Matrículas suspensas para esse semestre e não canceladas. A conselheira Úrsula Silva Falou que deveriam pontuar que era um momento crítico e de seção para todos. A UFPEL estava contribuindo com as atividades e essa proposta era um aceno para o próximo cenário, mas deveriam ponderar. Falou sobre documentos que havia recebido de coletivos, como representante do CONSUN. O acesso à internet era um deles. A estrutura familiar também era um ponto a ser analisado, como espaço presencial e não só virtual. Qualidade, os professores vinham comentando sobre o tempo de formação. Fazendo a leitura da nova suposta ela se apresenta bem diferente da proposta Inicial. No momento é um calendário suplementar, facultativo, optativo ou preparativo. Considerou a apresentação do Conselheiro Flávio, de 30% de alunos sem acesso. Perguntou se a infraestrutura ofertada iria suprir, atender a todos que não têm acesso à internet. Várias questões chegaram (exemplo: indígenas e quilombolas, alunos de fora). O conselheiro Gabriel Martins falou o que sentia em relação ao que foi dito até aquele momento. Concordava com a fala do senhor presidente e daí vinha a preocupação com os técnicos administrativos. Via um problema de trabalhar em exceção, deveriam levar em consideração que os professores ingressaram para trabalhar no modelo presencial e os alunos também entravam para estudar no modo presencial. Levar em consideração essa proposta: deveria ser reavaliado. Retornar à discussão. Não poderiam criar um sistema que funcionasse para alguns e não para outros, por ser uma exceção. Enquanto houvesse Colegiados com dúvidas o assunto deveria ser discutido. A conselheira Raquel Recuero, primeiramente disse da preocupação com relação a como seria feito no futuro. Acreditava que havia um atropelo para inserir esta modalidade. Havia desconforto dos Colegiados. Em relação a LIBRAS e professores que não estão preparados para EAD, solicitou aguardar para preparação com mais tempo. Área de Letras havia solicitado que a proposta retornasse aos Colegiados, para melhor discussão, por não estar madura para ser implementada naquele momento. Sugeriu metade de julho. Área de Artes está mais familiarizada, preparada e pronta para acompanhar este calendário, na hora em que for liberado. O conselheiro Thiago Abreu disse que se sentia contemplado pelas falas dos colegas e deveriam buscar alternativas para retornar às atividades. Recebera várias manifestações do coletivo. Deveriam ser um pouco mais profundos nas discussões. Queria chamar atenção para ponto específico sobre a alteração de 10 para 12 semanas. A carga horária das disciplinas não permite que passe de 4 créditos ou 60 semanas. Sobre divulgação de dados de distorção das informações, esses dados deveriam ser mantidos em poder do Conselho. Em relação à quilombolas e indígenas, existe uma legislação específica para que essas Comunidades se mantenham restritas. Como esses alunos se locomoveriam para centros urbanos para acessar estes conteúdos? A conselheira Silvana Borjonoski disse que havia se instrumentalizado e tentado entender as dúvidas, para falar como representante. Disse que recebera a posição contrária ao calendário. O ICH solicitou maior autonomia do que seria ofertado. Preocupação da oferta de internet e questão da contagem de horas dos professores que não ofertassem atividades. Demanda atendida segundo a professora Fátima. A questão importante era que deveriam dar opção aos Colegiados ofertar ou não. Disse que havia percebido nos Coordenadores uma vontade de fazer alguma coisa e não ficar em inércia. O conselheiro Matheus Cruz falou que ia vir ia sido atendido por falas anteriores. Falou sobre cadastro único, em relação à internet. Mesmo com instrumento de proteção social, alguns poderiam não ser atendidos. A proposta deveria ser o mínimo possível excludente. O conselheiro Gabriel Vargas falou que trazia preocupações com quilombolas e povos tradicionais e também com os que tinham problemas com visão, ou outras limitações. Ressaltou a fala do Conselheiro Thiago que muitos votaram favoráveis, mas não sabia o quanto retratava a realidade. Solicitou que constasse em ata sua solicitação de aprovação de manifestação de alunos na reunião. O senhor presidente respondeu a alguns questionamentos: manifestação do Conselheiro Gabriel para constar em ata. Aprovado. As manifestações não podem ter caráter pessoal. As representações de categorias são no interesse de cada categoria. O COCEPE é Conselho acadêmico e não político. Não tem característica de livre tribuna. Disse que estariam com este calendário alternativo fazendo uma pré-estreia para o próximo semestre. Este era o momento de preparação e este era o papel do COCEPE. Não poderiam “empurrar” mais o início deste semestre. Neste sentido colocam um tempo para início. Entende que o tempo de discussão já havia sido suficiente e não era uma proposta apenas da Gestão e sim da Comunidade, desde que foram acatadas as sugestões recebidas. Em relação às questões de infraestrutura, desde antes de 23 de Abril já estavam estudando as questões de oferecer estudo remoto para alunos. A UFPeI estava fazendo a compra de pacotes de internet e esta era apenas uma solução. Sabia que tinham grandes dificuldades, especialmente para alunos da zona rural, quilombolas, indígenas e povos tradicionais. O aluno que tem condições e não quer cursar não terá problemas. O aluno que quiser participar e não tiver como, a Universidade vai procurar solucionar o problema de cada um. Perguntou se a conselheira Fátima queria fazer mais alguma manifestação para

complementar informações. Esta fez referência em relação ao NAI, que estava fazendo discussões sobre alternativas e esforço para instruções para a formação de tutores para alunos especiais. Para o segundo semestre com atividades presenciais, teriam alternativas para inclusões absolutas. O conselheiro Flávio falou que queria esclarecer que a pesquisa realizada foi apoiada pela Gestão e a partir da pesquisa da UFPEL no país. Não atingiria toda a população, como a pesquisa que a PG havia realizado. Queriam ter uma ideia da dimensão do problema, para poder incluir essa população. Em relação à pesquisa dos docentes tiveram uma resposta de setenta e oito por cento do total e a maior resposta era não ter experiência para cessar EAD e por isso estavam implantando os cursos de formação de professores. Respondendo ao conselheiro Antônio o senhor presidente disse que primeiro votariam a aplicação do Calendário Alternativo e, se aprovado, analisariam os destaques feitos à Minuta. A conselheira Ariane solicitou esclarecimentos, dizendo que gostaria de se solidarizar com a fala do aluno Gabriel. Deu o exemplo de participante da ADUFPEL, que sempre solicitava a permissão de fala e sempre foram atendidos. Retomou a fala da conselheira Úrsula, que disse precisarem de tempo. Sua área era uma das mais favoráveis à proposta. Em respeito à movimentação e trabalho técnico feito para auxiliar a Gestão, gostaria que fossem ouvidos e solicitou que constasse em ata sua manifestação. O conselheiro Gabriel Martins falou que a questão da minuta ainda deveria retornar aos Colegiados para ciência da inclusão de sugestões dos Colegiados, para ver se algum não ficaria satisfeito com essas inclusões. Em relação à análise isolada de cada aluno com problema, estes deveriam não ser prejudicados com alguma demora na sua análise, para não perder carga horária. O senhor presidente disse que votariam se eram favoráveis à instalação de Calendário Alternativo ou não. Colocou em votação e este foi aprovado, com um voto contrário do Conselheiro Gabriel Martins e uma abstenção da conselheira Raquel Recuero. O conselheiro Tiago disse que sobre o Calendário Alternativo os alunos eram favoráveis. A seguir foi feita a votação da Minuta em bloco, mas antes o senhor presidente perguntou se queriam votar em separado algum destaque. Foi solicitado destaques nos seguintes pontos: 12 semanas ao invés de 10; postergar o início do semestre para 15 de junho, dando mais tempo para que os Colegiados analisassem as disciplinas a serem oferecidas; autonomia para os Colegiados oferecerem disciplinas obrigatórias, sendo que a carga horária das disciplinas não ultrapassassem 4 créditos. Colocado em votação o texto da Minuta, sem os destaques, este foi aprovado, com abstenção dos conselheiros Gabriel Martins, Raquel Recuero e Matheus Cruz. A seguir, o senhor presidente passou à análise dos destaques. Em relação à autonomia dos Colegiados quanto à oferta das disciplinas: O senhor presidente disse que houve manifestação de vários Colegiados para que o COCEPE respeitasse a autonomia dos Colegiados e deveriam considerar que os cursos precisavam sinalizar que estavam com condições de oferecer qualidade e eficiência. Poderiam dar autonomia, mas de maneira “mais vigiada”. Os Colegiados deveriam fazer a demanda para oferecer outras disciplinas, seria analisado pela Comissão do COCEPE, que avaliaria essa demanda. A conselheira Ariane falou que a autonomia era em relação a todo o trabalho realizado pela área, para as quatro disciplinas solicitadas. Sugeriu modificarem o texto para ficar em aberto e contemplar todo o trabalho realizado. A conselheira Fátima sugeriu retirar a palavra “especificamente” e trocar pela palavra “preferencialmente”. O conselheiro Antônio disse que pedir aos Colegiados que solicitassem autorização para ofertar disciplinas iria engessar o Calendário, pois o tempo aumentaria para as ofertas. Deveriam dar autonomia e estabelecer limite de créditos. O Conselheiro Thiago falou que deveria ficar esclarecido no Conselho que a autonomia dos Colegiados deve garantir a oferta de disciplinas e as aulas gravadas e disponibilizadas posteriormente aos alunos. Deveriam reduzir os danos aos alunos que não tivessem acesso ou tivessem sinais dificultados pela qualidade de internet. O senhor presidente retirou sua proposta. A redação deveria substituir o termo solicitado pela conselheira Fátima. Inclusão da solicitação do Conselheiro Thiago. “Para alunos” e possíveis alunos concluintes foi a sugestão da conselheira Ariane. A conselheira Fátima leu como ficaria o texto novo. O conselheiro Gabriel perguntou se 2020 não seria contabilizado para jubileamento, ao que a conselheira Fátima respondeu que no texto já falava sobre isto. Colocado em votação a forma colocada pela conselheira Fátima, esta foi aprovada com abstenção dos conselheiros Ariane Ferreira, Gabriel Martins, Matheus Cruz e Raquel Recuero. Em relação às disciplinas com carga horária prática: As disciplinas...poderão ser ofertadas desde que exclusivamente com carga horária remota. Colocado em votação, o texto foi aprovado, com abstenção do conselheiro Gabriel Martins. Em relação ao tempo de duração do semestre: ficariam com o total de 12 semanas, com início em 15 de junho e término em 15 de setembro. A FAT solicitou início em 1º de julho. Votado primeiro as 12 semanas, esta parte foi aprovada, com abstenção do conselheiro Gabriel Martins. Início das atividades em 29 de junho ou ainda em 22 de junho – proposta 1; início em 15 de junho – proposta 2. Colocados em votação, o início em 22 de junho foi aprovado, com 10 (dez) votos favoráveis, 2 (duas) abstenções e 2 (dois) votos para o início em 29 de junho. Em relação à gravação de aulas e disponibilização, o senhor presidente disse que esta era uma metodologia e não uma proposta. O senhor presidente disse que o material fica armazenado na plataforma.

O vídeo depende de mais estrutura da instituição. Poderia ficar por um tempo curto (exemplo: 24 horas). Em relação aos povos tradicionais, houve reunião com a Faculdade de Veterinária, que tem alunos de zonas rurais. Poderão mapear os alunos que não forem atingidos. O senhor presidente disse que a representação discente poderia cobrar dele as atitudes que estivessem sendo tomadas. Em relação aos Colegiados, já havia sido esclarecido pela fala do senhor presidente. De pronto passou ao **Item 02. PROC. Nº 23110.013015/2020-48 - CALENDÁRIO ACADÊMICO ALTERNATIVO**. Aprovado, juntamente com o Item 01. Dando sequência à reunião, passou ao **Item 03. PROC. Nº 23110.013019/2020-26 - NORMA COMPLEMENTAR PARA ESTÁGIOS E TCCs**. A conselheira Fátima Cossio relatou o assunto e leu o documento apresentado. A conselheira Ariane agradeceu e parabenizou o trabalho. O conselheiro Thiago fez dele as palavras da conselheira Ariane. Colocado em votação, a Minuta foi aprovada, com abstenção do conselheiro Gabriel Martins. Passou de imediato ao **Item 04. PROC. Nº 23110.013023/2020-94 - ORIENTAÇÃO PARA COLAÇÃO DE GRAU**. A conselheira Fátima Cossio relatou o assunto e leu o documento apresentado. Sem manifestações, este foi colocado em regime de votação e foi aprovado, com abstenção do conselheiro Gabriel Martins. Sem mais assuntos da pauta a tratar, o senhor presidente concedeu a palavra aos conselheiros que desejassem se manifestar. A conselheira Fátima falou sobre ENEM, SiSU e PAVE, com relação às chamadas interrompidas, dizendo que estas seriam retornadas naquele momento. ENEM cancelado, SiSU e PAVE, última chamada a partir do dia 22 de maio. Finalmente o senhor presidente agradeceu aos conselheiros pelo tempo de dedicação ao processo, dizendo que foi um trabalho muito grande, envolvendo vários técnicos. O esforço ainda seria grande, mas por momento destacava o trabalho da Professora Fátima Cossio e sua equipe, Professores Flavio Demarco e Rafael Vetromille. Sem mais assuntos a tratar o senhor presidente deu por encerrada a reunião às treze horas e dezenove minutos e eu, Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi igualmente assinada eletronicamente pelo senhor presidente.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMERI GOMES GONCALVES, Secretária, Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão**, em 08/06/2020, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ISAIAS CENTENO DO AMARAL, Presidente**, em 08/06/2020, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0969667** e o código CRC **E35024B8**.